



Handwritten marks: a star-like symbol and a blue signature.

-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA
REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZOITO**-----

-----**ATA NÚMERO TRÊS**-----

---Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, dando cumprimento ao disposto no artigo 12º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, nesta Freguesia de Marvila, Concelho de Lisboa, no Edifício da Sede da Junta de Freguesia de Marvila, sito na Avenida Paulo VI, nº 60, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia de Freguesia de Marvila sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Anaísa Souto João, respetivamente primeiro e segundo Secretários, com a seguinte ordem de trabalhos:----

---**Ponto um – Apresentação Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para 2018**----

---Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes eleitos:----

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** – Maria Luísa Cabral Costa Gomes, Manuel de Jesus Saraiva, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Luís Filipe Nunes Boaventura de Figueiredo, Ana Isabel Rodrigues Saraiva, Maria Custódia Martins Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves e Jerónimo Teixeira Magina.-----

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – António Augusto Pereira e Rogério Borges Pereira Mota.-----

---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** – Luís André Fernandes Castro e Maria Amélia Alves Cabaço. -----

---**DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** – Maria Isabel Pinto Ventura. -----

---**DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL (CDS)** – José da Silva Moreira.-----

---**DO PRIMEIRO MARVILA MOVIMENTO INDEPENDENTE (PMMI)** – António Manuel Alves-----

---Apresentaram pedidos de substituição os seguintes eleitos: -----

---**Constança Maria Pereira Alves (PCP)**, por um período de uma sessão, tendo sido substituída por **Nuno Almeida**.-----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila: -----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Susana Maria da Costa Guimarães, Joaquim Cerqueira Brito, Maria Cristina Rodrigues Abreu, José Carlos Lourenço dos Santos e José António Amaral da Silva**. -----

---Às **20 horas**, constatada a existência de *quórum*, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a presente sessão extraordinária.-----

---De imediato, nos termos regimentais, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberto o período destinado à intervenção do público. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

---O **Sr. José Godinho**, morador na Rua Manuel Teixeira Gomes, Bairro das Amendoeiras, veio falar relativamente ao Quadro de Pessoal. Disse que visto ter havido pessoas que se lamentaram a ele, a chorar, e lhe afirmaram ir sair da Junta de Freguesia e que iriam ser contratadas outras pessoas para o mesmo serviço e o mesmo local. Disse ter presente o artigo n.º 1 e citou: «A presente lei estabelece os termos da regularização prevista no programa de regularização extraordinária dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades



permanentes da Administração Pública, de autarquias locais e de entidades do setor empresarial do Estado ou do setor empresarial local, sem vínculo jurídico adequado, a que se referem o artigo 25.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro». Baseado nesta informação disse que gostaria de saber se as pessoas que estão ao serviço, já há tempos, na Junta de Freguesia, inclusive nos quadros, e agora estão na perspetiva de saírem para serem colocadas novas pessoas. Solicitou esclarecimento para saber se essas pessoas iriam continuar a trabalhar na freguesia ou irão ser colocadas na Câmara Municipal de Lisboa, dado já estarem a prestar serviço público. Disse que esta indignação que manifesta é para que as pessoas tenham o digno trabalho e dignidade ao fazê-lo porque sempre deram o seu melhor para a freguesia e para a autarquia, considerando de mau que o novo Executivo exclua estas pessoas dos serviços locais e as dispense, pois considera que as pessoas têm capacidade para continuar a fazer os seus trabalhos. Considera que não é por mudar o Executivo que estas situações possam acontecer. -----

Por fim agradeceu o tempo dispensado e desejou bom trabalho a toda a Assembleia.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** não havendo mais inscrições, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para responder às questões colocadas pelo público. -----

---No uso da palavra, o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia** agradeceu a presença do público e a intervenção do Sr. José Godinho. Disse que relativamente à questão levantada responderá, se lhe for permitido, no âmbito da intervenção que fará aquando da apresentação do ponto 1 da Ordem de Trabalhos da presente sessão.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu então a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentar o ponto em discussão.-----

---No uso da palavra o **Sr. Presidente da Junta** disse que a Junta de Freguesia de Marvila tem o seu Mapa de Pessoal dividido por três áreas de funcionamento: uma área que tem a ver fundamentalmente com a Administração e Finanças, uma segunda área que inclui a Ação Social, o Desporto, a Cultura e a Educação, e uma terceira que visa o Espaço Público, a Higiene Urbana e os Espaços Verdes.-----

---Tentando responder às questões colocadas, passou de seguida a expor de forma personalizada, o Mapa de Pessoal, descrevendo as funções de cada pessoa e qual a situação em que se encontram no momento.-----

---Disse que o Executivo pretendia preencher dezasseis lugares para um total de vinte e seis. Oito deles são os que serão preenchidos com as pessoas que estão com contratos a termo, mais três pessoas que podem ser regularizadas nos termos desta lei. -----

---Disse que não era possível regularizar para já algumas pessoas que a nível de tempo não reúnem condições para esta regularização, ficando estas situações para regularizar mais para a frente para poderem integrar os quadros da freguesia.-----

---Na sua exposição exaustiva, falou dos lugares a regularizar e dos lugares a preencher de futuro.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** abrindo o debate, deu a palavra à eleita do PSD, Sr.ª D. Amélia Cabaço.-----

---A **Sr.ª D. Amélia Cabaço**, questionou se, antes da entrada em vigor desta Lei 112/2017, dos contratos a termo ou dos lugares a preencher, existem situações que estão em processo de regularização de concursos abertos para o efeito. Estando, se é possível a sua reversão e incluir estes trabalhadores no regime desta lei, dado que no art.º 113, n.º 3 diz que «o exercício de funções, na situação que deu origem ao processo de regularização, releva para efeitos de carreira retributiva», dizendo ser essa a situação que



✱
D
7

a preocupa, ser com efeitos na carreira retributiva, na medida dos descontos efetuados. E se assim não for, estas pessoas não poderão contar com estes efeitos se estiverem no âmbito do concurso.-----

---Agradecendo a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu, seguidamente, a palavra ao eleito do PCP, Sr. Nuno Almeida.-----

---No uso da palavra, o **Sr. Nuno Almeida** disse querer destacar que a sessão extraordinária da Assembleia em curso, tendo sido decidida por unanimidade a sua anuência para a sua realização, para discussão deste tema é de relativa importância porque trata de uma situação que considera todos quererem que se resolva, não só a nível da freguesia de Marvila, mas em toda a administração pública, e estendendo também àquilo que é a precaridade no setor privado, sendo salutar que haja uma nova proposta, que mesmo assim ainda suscita algumas dúvidas e também algumas críticas relativamente a uma série de matérias.-----

---Salientou aquilo que considera um erro, na situação dos lugares das Psicólogas, havendo o que acha ser uma confusão nas vagas a preencher e nas preenchidas, pedindo um esclarecimento sobre essa situação. Falou também relativamente aos lugares para os espaços verdes e jardins, onde se verificam cinco preenchidos e dois a preencher. Lembrou que, na sessão anterior, o seu partido tinha sugerido que o número de vagas previstas fosse alargado; para, futuramente, libertar a Junta de encargos e compromissos com entidades privadas que neste momento gerem os espaços verdes da freguesia, algo que seria importante e até economicamente melhor para a freguesia, assumindo de uma vez por todas a gestão dos espaços verdes da nossa freguesia, com meios próprios e que estariam sempre disponíveis para a freguesia e dos seus fregueses e do próprio espaço público.-----

---Falou de questões que, não estando previstas, também são preocupantes, nomeadamente em relação à medicina ocupacional, achando que deveria haver da parte da Junta de Freguesia um primeiro ato, que seria de fazer protocolo com a Medicina do Trabalho ou com a Medicina Ocupacional da Câmara Municipal de Lisboa ou, como a maioria das freguesias de Lisboa o tem, até garantindo o direito à Medicina do Trabalho da Câmara Municipal de Lisboa, que ficou previsto no ato de transição das competências e que não foi assumido pelo anterior Executivo com prejuízo dos trabalhadores que transitaram e até sendo possível alargar aos trabalhadores que já eram da Junta de Freguesia. Disse existir uma falha clara na não previsão da criação de equipas de intervenção no espaço público, nomeadamente calçadas, toponímia, pequenas obras, etc., porque não havendo terá que se recorrer a empresas privadas e será economicamente mais dispendioso.-----

--- Falou também relativamente a um conjunto de trabalhadores que faziam a vigilância do posto de limpeza, os quais o anterior Executivo tomou a iniciativa de os colocar em outras funções, substituindo-os por serviços de empresas de segurança, que mais uma vez mais caros à freguesia e também com prejuízo do próprio rendimento e das funções que os trabalhadores executavam. Disse ainda que gostariam de ver prevista a resolução de retomarem esse serviço com meios da própria freguesia. Acrescentou ainda uma preocupação que se prende com a questão do espaço do posto de limpeza do Condado, onde está prevista a construção do novo hospital, pedindo esclarecimentos sobre que diligências estão a ser tomadas tendo em vista a procura de um novo espaço para as instalações do referido posto e com condições condignas para os trabalhadores e o trabalho a realizar.-----



---Agradecendo a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. António Alves (PMMI).-----

---No uso da palavra, o **Sr. António Alves (PMMI)**, disse que o Primeiro Marvila se congratula pela tomada de posição relativamente à regularização de todas as pessoas com contrato a termo resolutivo. Aponta apenas um senão que se prende relativamente à questão da Psicologia onde considera que os dados expostos estão errados por lapso, pedindo a sua correção. Referindo-se a todas as outras situações considera corretas. Chamou à atenção para uma possível sobreposição de pessoas em termos de encargos, achando que deve ser regularizada em termos da Revisão Orçamental, devendo ser elencada a verba disponível para as pessoas que estão por regularizar, mesmo as que são consideradas a termo resolutivo e que há intenção de aumentar o quadro.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra ao eleito do CDS, Sr. José Moreira.-----

---O **Sr. José Moreira**, no uso da palavra, disse que está de acordo com o que foi apresentado, não se adiantando mais sobre a matéria em discussão porque não se sente muito à vontade neste tema do qual não possui muito conhecimento.-----

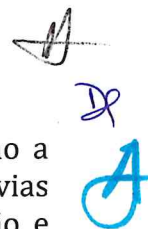
---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à eleita do Bloco de Esquerda. Sr.^a D. Isabel Ventura.-----

---A **Sr.^a D. Isabel Ventura**, no uso da palavra, pediu esclarecimento de situações que, ao ver atentamente o Mapa de Pessoal, não consegue entender. Salientou, na página 5, onde há dez postos de trabalho permanentes que correspondem a contratos a termo resolutivo. Esses contratos correspondem, nas escolas e jardins-de-infância, a assistentes operacionais. Esta situação já constava do Mapa de Pessoal de 2017, sendo postos de trabalho permanentes ocupados por trabalhadores com vínculo jurídico inadequado.-----

---Chamou à atenção que o somatório dá vinte e seis por tempo indeterminado e dez a termo resolutivo, não havendo “passagens” de um lado para outro, sendo o total trinta e seis. Têm a noção que estes funcionários nas escolas são trabalhadores em trabalho de necessidades permanentes no apoio às crianças e jovens e também aos professores e, sem eles, as escolas não funcionam, estando sempre em número deficitário, logo, congratula-se com o fato de que irão ser contratados por tempo indeterminado mais dezasseis trabalhadores nesta área operacional, aumentando assim o seu número e com vínculo adequado.-----

---Falando na situação cita na página 4, na área de psicologia, disse haver quatro trabalhadores que, certamente ocupam postos de trabalho de carácter permanente e os seus contratos são a termo resolutivo, tratando-se de um vínculo jurídico inadequado. Situando-se ainda na mesma página disse congratular-se com dois postos de trabalho a preencher, na área de serviço social e que correspondem a contratos a tempo indeterminado. Falando das situações de precaridade, num total de catorze, traduzidas no Mapa de Pessoal disse verificarem-se em setores muito importantes e que requerem uma total entrega dos trabalhadores para benefício da comunidade e das camadas mais jovens. Disse que, depois de visto o Mapa de Pessoal confirma-se não haver diminuição da precaridade.-----

---Disse que, como é do conhecimento de todos, existe um acordo entre os partidos de esquerda (PS, PCP, BE e PEV), para a regularização extraordinária dos vínculos precários na administração pública, devendo-se essa regularização estender-se às freguesias, dizendo ter sido essa uma das propostas do BE na campanha eleitoral retomada na



Tomada de Posse e que mantém. Disse que, por outro lado, os postos de trabalho a preencher terão que ser ocupados por trabalhadores em concurso público e não por vias de clientelismo ou amiguismo, dizendo ser necessário ser transparentes na gestão e admissão de pessoal.-----

---Agradecendo a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à eleita do PS, Sr.^a D. Luísa Costa Gomes.-----

---No uso da palavra, a **Sr.^a D. Luísa Costa Gomes** disse ter apenas algumas dúvidas a colocar tendo em conta o respeito que os trabalhadores lhe merecem e considerar que não devem ser utilizados como arma de arremesso, pedindo esclarecimento ao Sr. Presidente da Junta, se é verdade que existam trabalhadores que tiveram que chorar porque foram colocados fora do quadro da Junta de Freguesia, dado não ter entendido isso na apresentação feita sobre o Mapa de Pessoal, dizendo que gostaria que essa dúvida fosse clarificada, face ao que ali foi afirmado. Referindo-se no que diz respeito à saúde ocupacional dos trabalhadores disseram ser um imperativo legal que o Estado Português tem feito pesar, e bem, sobre todos os empregadores à exceção de si próprio.-

---Salientou que, felizmente, hoje o Conselho Europeu fez uma recomendação a Portugal no que diz respeito à Segurança e Saúde no Trabalho e disse esperar que a Junta de Freguesia, através de um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa, ou seja com quem for, tenha em consideração a prestação de cuidados de saúde e segurança aos trabalhadores, sendo que, alguns deles são aqueles para os quais olhamos com menos cuidado e estão sujeitos a riscos que são considerados nas atividades de risco da legislação da DGS como riscos biológicos, como por exemplo, naqueles que trabalham na recolha de resíduos sólidos, naqueles que trabalham nalguns espaços verdes, onde a pouca consideração dos utilizadores que deixam ali alguns produtos que não deviam, e aqueles que trabalham em contato com águas residuais. Considera assim indispensável que seja tomada essa decisão em breve. Disse gostar também de ser esclarecida se este executivo procedeu a algum concurso de aquisição de serviços de construção e manutenção de espaços verdes, depois de ter tomado posse e se isso prejudica a admissão de trabalhadores para essa área. Salientou que, sabendo que os espaços verdes são uma área muitas vezes com características sazonais exigem reforço em determinadas alturas. Assim, questionou à Junta, se, no caso de ser necessário reforço com aquisição de serviços exteriores, eles possam ser feitos através das empresas de empreendedorismo social, como forma de valorização e desenvolvimento das capacidades de alguns fregueses de Marvila que estejam disponíveis para tal.-----

---Outra dúvida que gostaria de ver esclarecida é se as auxiliares de educação com vínculo precário e que não podem ver o seu vínculo regularizado, são as que correspondem a admissões de 04 de maio de 2017. Pediu também à eleita do PSD, Sr.^a D. Amélia Cabaço, dado ser a sua área, quais são os impedimentos que podem ter estes trabalhadores se estiverem em concurso.-----

---Não registando mais nenhuma intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que pudesse prestar os esclarecimentos solicitados.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, colocou uma questão prévia que tem a ver com o lapso de digitação referenciado da página 4, esclarecendo que, quando se olha para os licenciados na área de psicologia, que são três, o total nos termos resolutivos também são três e o número que deverá estar à frente como total deve ser seis. Este lapso surgiu porque na área do termo resolutivo da licenciatura de serviço social deveria



ter sido considerado um, para um total de três, dois a termo indeterminado e um a termo resolutivo.-----

---Respondeu que não existe nenhum procedimento concursal em curso na Junta de Freguesia de Marvila ao tempo e portanto não se punha em causa qualquer situação da carreira contributiva das pessoas que aqui estavam como prestadores de serviços.-----

---Salientou que, o legislador ao legislar para o dia 04 de maio de 2017 beneficia todos até esta data e prejudica um número de pessoas, como dois funcionários da Junta que começaram as suas funções a 10 de maio de 2017. Também os requisitos colocados pelo legislador que além de ser até 04 de maio, deviam preencher também o espaço de um ano à data de 31 de janeiro e isso implicava que não fossem também consideradas duas prestadoras de serviços, tendo sido o seu contrato celebrado a 24 de fevereiro, mas aí o Executivo entendeu haver margem suficiente, pois estavam dentro do parâmetro temporal para considerar e regularizar as pessoas nessa situação.-----

---Referindo as questões dos jardins, disse que o Executivo foi confrontado com um procedimento concursal já todo ele terminado e preparado pelo anterior Executivo, sendo apenas necessário proceder ao ato da sua adjudicação e na primeira reunião deste novo Executivo procedeu-se ao ato formal de adjudicação com a empresa Perene que hoje trata de um conjunto conservação e manutenção de espaços verdes de algumas áreas da freguesia, mas não da sua totalidade. A nível dos Jardins, o anterior Executivo entendeu que deveria recorrer à bolsa de emprego público, contratando quatro jardineiros que estavam em período experimental, processo que estaria concluído no final de outubro, e o novo Executivo, na sua primeira reunião, no final de outubro, limitou-se a homologar o estatuto desses trabalhadores.-----

---Salientou que, dada a extensão alargada da freguesia, o que deverá ser objeto futuro é de que devem conviver harmoniosamente as duas situações na Junta de freguesia de Marvila. Uma área em que, dada a sua extensão, se deve externalizar o serviço, procurando uma empresa com qualidade e competência para fazer a manutenção e conservação das áreas verdes da freguesia e, noutros espaços, manter esta equipa de jardinagem e, provavelmente, fazer o seu reforço em função das necessidades existentes, fazendo assim, não uma gestão direta da Junta, mas uma gestão partilhada, onde a gestão direta seja superior à área da externalização de serviços.-----

---Referindo-se à área da Medicina e Higiene do Trabalho, disse que o Executivo tinha plena consciência do que referiu a eleita do Partido Socialista relativamente à importância destas áreas. Disse haver hoje, com a regularização de precários, cento e quatro lugares preenchidos, onde sessenta deles têm contato direto com substâncias perigosas, com resíduos sólidos, resíduos verdes e deve haver uma particular atenção para todos os trabalhadores e estes em particular, por parte da entidade patronal no que concerne às medidas de segurança e higiene no trabalho. Relativamente a isso, este Executivo entende que está vigente um contrato com uma empresa que já vinha do Executivo anterior e que se manterá ainda mais alguns meses, mas que poderá ser procurada, à semelhança do que outras Juntas de Freguesia fizeram, protocolizar com os serviços da Câmara Municipal de Lisboa, com a sua Medicina do Trabalho, de forma a reforçar as condições de segurança dos trabalhadores.-----

---Referindo-se à questão da vigilância do Posto de Limpeza, disse que essa foi uma opção tomada pelo anterior Executivo e, no momento, a Junta de Freguesia entende que não se deve pronunciar sobre essa situação dado ser um facto consumado e haver regras sobre a vigilância de determinados espaços. O Executivo acredita que, pela



A
D
A

particularidade do Posto de Limpeza do Condado e não tendo sido registado nenhum problema de segurança no atual posto, também não existem motivos para rescindir nesta área e não externalizar este serviço e também porque as pessoas que faziam este trabalho de vigilância ou pediram transferência ou foram alocados a outras tarefas. A opção de uma gestão direta feita pela Junta de Freguesia teria que ter sido considerada antes, em 2014, mas foi outro o caminho seguido.-----

---Referindo à questão sobre a deslocalização do posto de limpeza por na mesma área ser implantado o futuro Hospital Central de Lisboa, disse que a Junta de Freguesia de Marvila, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, fará todos os esforços para se encontrar uma nova localização que sirva bem todos os trabalhadores que exercem funções de limpeza e higiene urbana na freguesia e que seja um local acessível à população para contato com os serviços desta área e isso terá que ser visto em consideração com a CML, esperando que essa situação seja uma oportunidade para ter um posto melhor e mais bem equipado e que esteja em condições condignas para todos, bem melhores que as encontradas antes.-----

---Sobre as situações precárias disse que o que Executivo propõe é a regularização de doze assistentes operacionais, dado serem estes que estão em condições de o fazer. Onze nos Jardins de Infância, ficando vagas em aberto nestes, havendo a vontade do Executivo de lançar um procedimento concursal para se poder preencher mais vagas a este nível e salientou que concordava com a intervenção da eleita do BE, informando que hoje existem vinte e três salas de jardins-de-infância, havendo necessidade de ter uma pessoa em cada uma das salas, e deve-se também criar condições para a existência de uma bolsa de pessoas a mais devido às necessidades de por vezes ter que haver substituições e alertou que a freguesia não pode ser confrontada com as situações que existiram neste início de ano letivo, por exemplo, na escola dos Lóios. Frisou que o Executivo não podia voltar a ser confrontado com a falta de pessoal nestas áreas de Jardim de Infância.-----

---Disse ir ser regularizada também a situação de um Assistente Técnico, de seis Técnicos Superiores e de um Assistente Operacional.-----

---Disse que, passado este espaço temporal da Lei 112/2017, que a Junta de Freguesia deve comprometer-se e a Assembleia de Freguesia fazer uso do seu direito de fiscalização, no sentido que, no ano de 2019, venha a ser regularizado as situações que ficam por regularizar.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta, dando de seguida a palavra ao Sr. António Pereira do PCP.-----

---O **Sr. António Pereira**, no uso da palavra, disse que era de salientar os aspetos positivos do Mapa de Pessoal e que o seu partido valoriza. Mas mesmo assim, disse que seria importante criar um grupo ou brigada de intervenção rápida com trabalhadores da junta de freguesia para pequenos arranjos, como por exemplo um buraco na calçada, um sinal caído, ou seja, situações que não podem ser resolvidas mais tarde e sim na hora certa. Seria uma brigada que pouparia muito dinheiro à autarquia pois não precisaria de dar trabalho a empresas privadas, e que têm que aguardar um grande volume de situações que justifiquem as empreitadas. Pediu que o Executivo pensasse na sugestão feita para ser algo possível de realizar.-----

---Pediu também para ser esclarecido sobre qual a razão de fundo para que tantos trabalhadores tenham pedido a mobilidade para outras entidades, dizendo ser, no mínimo, estranho que isso aconteça. Pediu que esclarecessem se terá havido alguma pressão, algum condicionamento que as tivesse levado a isso.-----



---Perguntou também se este Mapa de Pessoal cria as condições necessárias para que não haja precaridade na freguesia.-----

---Agradecendo, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao eleito do PSD, Sr. Luís Castro.-----

---O **Sr. Luís Castro**, no uso da palavra, disse que se congratula pelo esforço que foi feito relativamente à regularização dos vínculos precários. Salientou que existem algumas que poderão ser reforçadas com o pessoal da Junta de Freguesia, nomeadamente nos refeitórios escolares, nas atividades extra curriculares, na ação social e nos espaços verdes onde há a necessidade de reforçar, pois a freguesia tem um território muito vasto, chamando também a atenção que, quando se faz os cortes a nível de espaços verdes, é necessário verificar quem é que depois faz o levantamento do lixo que é cortado e que por vezes fica por dias na rua.-----

---Disse que a bancada do PSD votará a favor do Mapa de Pessoal apresentado.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou seguidamente a palavra ao eleito do PCP, Sr. Nuno Almeida.-----

---O **Sr. Nuno Almeida**, no uso da palavra, reforçou apenas a necessidade de harmonização entre a parte pública e a parte privada dos serviços. Quando se inicia um trabalho há que levá-lo até ao fim e não deixá-lo a meio como salientado na intervenção anterior. Disse que, na sua opinião, essa relação entre parte privada e parte pública é sempre prejudicial para o serviço público e para as entidades públicas pois muitas vezes as entidades não cumprem os serviços até ao final e são os serviços públicos que têm que ir fazer o que competia serem outros a fazer.-----

---Agradecendo, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à eleita do BE, Sr.^a D. Isabel Ventura.-----

---A **Sr.^a D. Isabel Ventura**, no uso da palavra, referindo-se aos dez Assistentes Operacionais das escolas e jardins-de-infância, disse que não entendeu a explicação dada pelo Sr. Presidente da Junta continuando a não saber se estes dez funcionários continuam a termo resolutivo. Também solicitou saber se, a nível das psicólogas, se são três ou quatro e se também se encontram a termo resolutivo.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que pudesse dar os esclarecimentos solicitados pelos membros da Assembleia.-----

---No uso da palavra, o **Sr. Presidente da Junta** disse que está de acordo com o exposto pelo membro do PSD, Sr. Luís Castro no que se refere à necessidade de reforço da Junta de Freguesia nas atividades em que esta está claramente ausente, tais como as atividades extra curriculares, os refeitórios, assim como no exemplo dado pelo eleito do PCP, Sr. António Pereira, quando falou das equipas multidisciplinares para intervenção urgente, no que se refere a calçadas, sinalética, para os jardins e outros.-----

---Alertou que, para isso as freguesias têm que estar protegidas pela legislação, que lhes garanta que têm capacidade para o pagamento contínuo das atividades em questão e o pagamento dos trabalhadores que integrem esses trabalhos. Disse que, enquanto não houver o compromisso do estado com as Juntas de Freguesia de que essa dotação financeira ali se encontra, relativamente aos refeitórios e às extracurriculares, será muito mais difícil.-----

---Relativamente às equipas multidisciplinares de intervenção rápida, será muito mais plausível, pois tratam-se de tarefas de competências da Junta, que estão na nossa gestão e que se deve já ter a nossa dotação financeira, tendo só que se fazer um "encontro de



Handwritten marks in the top right corner, including a signature and a blue checkmark.

contas” para ver o que melhor serve a freguesia, dizendo que, em sua opinião, havendo essa possibilidade, a freguesia será mais bem servida no sistema público.-----

---Referindo-se à intervenção do eleito do PCP, Sr. António Pereira, relativamente à mobilidade de funcionários e de terem “chorado”, disse que viu trabalhadores a chorar, mas de alegria e a manifestarem que tinham muita pena de partirem para a Câmara Municipal de Lisboa e que se soubessem desta mudança de Executivo, nunca teriam pedido mobilidade como pediram. Informou também que houve casos de trabalhadores que quiseram vir para a freguesia, onde, pelos seus pedidos mostram que consideram esta freguesia um bom sítio para trabalhar. Frisou ainda que, quem saiu, saiu por vontade própria e porque esta Junta de Freguesia foi correta, leal e lhes deu a hipótese de evoluírem na sua carreira, situação que seria muito difícil acontecer aqui.-----

---Disse ainda que a freguesia não esteve à altura da transferência de competências, onde houve falhas no acompanhamento a nível social, onde o Executivo se deparou com grandes necessidades de arranjos no parque escolar, onde não houve um acompanhamento necessário às instituições da freguesia, junto dos clubes, das coletividades, das associações de moradores, das associações de reformados e onde a Junta não foi uma Junta de Freguesia próxima nem presente.-----

---Salientou que, o compromisso deste Executivo é ser próximo, presente, e que os trabalhadores sejam dignificados, não havendo trabalhadores de primeira e de segunda.-----

---Disse também que, se em 2017, a Assembleia de Freguesia votou favoravelmente e por unanimidade o Mapa de Pessoal apresentado na altura, não vê razões para que este não seja votado da mesma forma pois é um Mapa de pessoal muito melhor. -----

Respondendo às questões da eleita do BE, Sr.^a D. Isabel Ventura, esclareceu que dos dez postos referidos, oito são assistentes das escolas que já estão no quadro, bem como os dois que se referem às funcionárias que estão a dar apoio na limpeza do Pólo II e do Pavilhão dos Lóios. Disse que para as escolas, entrarão mais dez trabalhadores e que irão reforçar diretamente o quadro da junta, que dará um total de dezoito, onde três desses lugares serão preenchidos por três trabalhadores com recibos verdes e que passarão a ver o seu vínculo regularizado. Corrigiu também os números relativamente aos lugares de técnicos superiores de psicologia e de serviço social, ficando esclarecido referenciando a regularização do vínculo dos mesmos.-----

---Disse ainda que o Executivo tem consciência de que, sendo este mapa de pessoal melhor que o Mapa de Pessoal anterior, ainda não é o ideal, tendo que ser percorrido ainda um caminho para que a precaridade não subsista nesta Junta de Freguesia.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao eleito do PCP, **Sr. Nuno Almeida**, que no uso da palavra, disse que ao contrário do que foi dito pelo Sr. Presidente da Junta o seu partido, a 25 de maio de 2017, votou contra uma alteração ao Mapa de Pessoal apresentado pelo anterior Executivo. No entanto, e reservando o seu voto para a altura certa, disse que este Mapa de Pessoal, relativamente à questão da precaridade, é realmente melhor do que qualquer outro apresentado pelo anterior Executivo.-----

---O **Sr. Presidente da Junta** esclareceu que não se referia à votação de 25 de maio de 2017, mas sim à votação de 19 de dezembro de 2016.-----

---Feitas as explicações sobre as dúvidas suscitadas pelos eleitos, e não registando mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** dando cumprimento ao disposto no artº. 29º do Anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho e artº 9º/1-m, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, submeteu à votação o Mapa de Pessoal para 2018. -----



---**Passada a votação, o Mapa de Pessoal para 2018 foi aprovado por maioria com as abstenções do PCP e do CDS.**-----

---A eleita do Bloco de Esquerda e o eleito do PCP solicitaram a permissão para fazer uma declaração de voto e, assim sendo, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu primeiramente a palavra à Sr.^a D. Isabel Ventura.-----

---A **Sr.^a D. Isabel Ventura**, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto:-----

---Estou de acordo que é um esforço para realmente resolver os problemas da precaridade, e portanto eu voto a favor. E com as palavras do Sr. Presidente, que se comprometeu a que no próximo estará eliminada a precaridade.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. António Pereira.-----

---O **Sr. António Pereira (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto:----

---O PCP absteve-se porque, apesar de considerar bem mais positivo este Mapa de Pessoal do que o anterior, pensamos que ainda não satisfaz esta freguesia, porque precisa de um Quadro de Pessoal adequado para responder efetivamente às competências que já hoje tem e que satisfaça melhor os nossos fregueses quer em termos de higiene e limpeza, quer em termos de manutenção de espaço público. Foi essa a razão da nossa abstenção. E também dando razão de que este Mapa de Pessoal é melhor que o anterior desta vez não votámos contra, abstivemo-nos.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrado o ponto e de imediato deu a palavra à **1ª Secretária** para a leitura da **ata minuta** da presente reunião que, após submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.**-----

-----**PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES**-----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta.-----

---Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou encerrada a presente sessão extraordinária, eram **22h00m**, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária.-----

Presidente da Assembleia

1ª Secretária

2ª Secretária